Cabral divulga o novo anteprojeto

Parecer do relator incorpora 300 das 5.624 emendas apresentadas

EUGENIO NOVAES

Ulysses acerta os ponteiros da Constituinte

Siqueira muda texto folclórico

Um dos textos mais folclóricos do anteprojeto (item IV do artigo 6º) foi alterado e, agora, passou a ter sentido, através de emenda proposta pelo deputado Siqueira Campos (PDC-GO).

Era assim o texto do anteprojeto: "Favorecer o sentido social da liberdade, a fim de que todos disponham de tantas liberdades quanto o que mais dispõe de liberdades entre nós, critério em que se legitima a intervenção equalizadora do Estado para alinhar a sociedade na direção de uma democracia de liberdades igualadas".

No novo anteprojeto ficou assim o item IV do artigo 6º: "Favorecer o sentido social da liberdade, pela ação equalizadora do Estado".

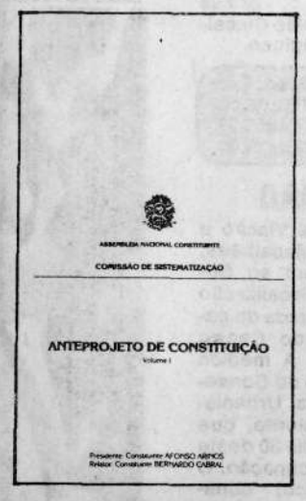
Ao alterar a redação, o deputado Siqueira Campos apresentou a seguinte justificativa: "O texto constitucional não deve se transformar na explosão de sedutoras promessas ou, até mesmo, num discurso tão eloqüente quanto vazio. O texto que propomos reduz a onze palavras as 46 que pretende substituir".

O novo anteprojeto da Constituição, incorporando cerca de 300 emendas aprovadas pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, proíbe definitivamente a prorrogação de mandados eletivos a nível federal, estadual e municipal, elimina as referências ao cargo de vice-presidente da República e garante explicitamente o direito de greve aos funcionários públicos, de acordo com a versão distribuída ontem à noite.

Aparentemente não foram aceitas emendas que alteram o conteúdo da versão original do anteprojeto, embora o relator tenha optado por acatar modificações substanciais referentes a temas anteriormente aprovados pelas comissões temáticas e que, por algum motivo, ficaram fora do primeiro documento da Comissão de Sistematização. Grande parte das emendas acolhidas diz respeito a detalhes técnicos e minúncias de redação.

Como exemplo de "emendas modificativas", que visam melhorar o texto constitucional, o relator Bernardo Cabral acolheu sugestão do deputado Haroldo Lima (PC do B/BA) estendendo a imunidade sindical a todos os integrantes das comissões de trabalhadores que forem criadas nos locais de trabalho. Outras emendas, denominadas "aditivas", também alteram de alguma forma as disposições do anteprojeto original, como é o caso da proposta do deputado José Ulisses de Oliveira (PMDB/MG), aceita pelo relator, deixando claro que "o uso capião urbano só será concedido uma única vez".

O relator renumerou artigos e corrigiu inúmeros erros de gramática — definindo inclusive que a língua oficial do País é mesmo o Português, e não apenas o "idioma nacional". No capítulo das garantias individuais, por exemplo, substituiu-se a expressão "comportamento sexual" por "orientação sexual", prevalecendo o que havia sido aprovado originalmente nas comissões temáticas. Foram apresentadas exatamente 5.624 emendas, das quais apenas cerca de 300 receberam aprovação.



O parecer do relator Bernardo Cabral, correspondente à segunda versão do anteprojeto de Constituição, começará a ser Votado ainda hoje a partir das 15 horas, em sessão da Comissão de Sistematização.

Ulysses divulga os prazos e as normas

— O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, encaminhou ontem carta aos constituintes falando de prazos e normas de funcionamento dos trabalhos da Assembléia. Lembra que a partir do próximo dia 18 terão início os 40 dias para discussão, em primeiro turno, do projeto de Constituição, com término no dia 26 de agosto. Informa que cada constituinte poderá falar pelo prazo de 20 minutos, uma só vez e que impõe-se que a discussão se circunscreva à materia constitucional, para que seja amplamente examinada e debatida, com repercussão no País.

Segundo o documento, nos 30 primeiros dias — de 18/07 a 16/08 — poderão ser oferecidas emendas, em formulário próprio, vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o projeto ou que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração, relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros. As emendas deverão ser entregues na sala das reuniões, todos os dias, das 9 às 20 horas, sendo que no dia 16 até as 24 horas.

O deputado Ulysses Guimarães frisa que o período de discussão será corrido, sem qualquer interrupção com a realização de sessões sábados, domingos e feriados. Serão realizadas 22 sessões ordinárias, com duração de quatro horas — das 14h30m às 18h30m.

Texto não sai e a sessão é cancelada

A primeira sessão plenária da Comissão de Sistematização, que iniciaria o trabalho de discussão do Projeto de Constituição, não aconteceu pelo atraso na divulgação do documento. O presidente da sessão, deputado Aluízio Campos (PMDB/PB), transferiu para as 15h de hoje o início da votação, alegando não saber os motivos do atraso da impressão dos avulsos do substitutivo elaborado pelo relator Bernardo Cabral, com base nas 5.624 emendas recebidas. (ver os motivos nas reportagens na página 3).

O deputado Ademir Andrade (PMDB/PA) tentou ainda manter aberta a sessão, argumentando que o relator estava a caminho. A questão, como ressaltou Aluízio Campos, não era essa.

PARTO DIFÍCIL

Duas sessões já foram gastas pela Comissão de Sistematização na votação dos projetos de decisão do deputado Paulo Ramos (que trata da dívida externa) e do senador Iram Saraiva que prevê a transmissão pela TV das votações. Embora sempre obtivesse larga margem de votos a seu favor, o primeiro não era aprovado por falta de quorum e o segundo ficava prejudicado pela constatação da falta de número, que levava o presidente da sessão a encerrar os trabalhos.

Ontem à tarde, a lista de presentes, com 73, dava esperanças de que o projeto do deputado Paulo Ramos passasse. Entretanto, 29 se retiraram do plenário e faltou quorum. Na véspera, a manobra já havia sido realizada com sucesso e apenas 33, num placar de 26 a 7, votaram, quando chegou a haver mais de 50 presentes. Os poucos que ficaram, nas duas ocasiões, o fizeram para exigir a verificação de quorum e tentar convencer os demais de que não cabia projeto de decisão para o que pretendia Ramos.

Entre as mudanças importantes, a adaptação ao parlamentarismo

A maioria das emendas acolhidas pelo relator modificou apenas a redação dos dispositivos, além de buscar uma uniformidade do texto. Assim, já pressupondo a aprovação do regime parlamentarista de governo, o deputado Bernardo Cabral acolheu emendas para eliminar do texto qualquer referência ao vice-presidente da República. O substituto do Presidente passa a ser, no regime parlamentarista, o presidente da Câmara dos Deputados.

Outra preocupação do relator foi dar tratamento igual a órgãos e repartições públicas. Assim, como todos os demais tribunais já tinham sua organização, funcionamento e competência regulados por lei, Cabral retirou do texto todos esses aspectos relativos ao Superior Tribunal Militar ali definidos, a fim de que também o STM tenha sua regulamentação na lei e não no texto Constitucional.

Com as modificações que introduziu, o relator reduziu de 501 para 496 artigos o texto do anteprojeto da futura Carta, a ser submetido ao plenário. Veja a seguir as mudanças mais importantes:

%— Explicita a competência da União para decretar o estado de emergência;

— Substitui a expressão mar patrimonial por mar territorial;

— Dá competência à União para estabelecer princípios para o Sistema de Transportes e Viação;

— Atribui à União a tarefa de proteger o maio ambiente e controlar a poluição;

— Confere aos municípios a atribuição de promover o parcelamento do solo urbano;

— Transfere para as disposições transitórias a fixação do prazo de um ano para a aprovação de lei agrícola que criará um órgão de planejamento agrícola;

— Inclui os representantes das empresas permissionárias na comissão de fiscalização e planejamento do serviço público e atividades essenciais executadas pelo Estado sob o regime de permissão e concessão;

— Dá competência à União para administrar as reservas cambiais do país;

— Explicita que os motivos para a decretação do estado de sítio devem ser apresentados ao Congresso Nacional;

— Proíbe a prorrogação dos atuais mandatos eletivos federais, estaduais e municipais;

— Estende aos servidores públicos os direitos concedidos aos trabalhadores urbanos e rurais;

— Inclui entre as disposições permanentes a vedação de transferência de poupança de regiões pobres para outras de maior desenvolvimento, e a norma segundo a qual os recursos financeiros relativos a programas e projetos regionais serão depositados nas instituições de crédito da região e por elas aplicados;

— Dá imunidade sindical aos integrantes das comissões de trabalhadores nos locais de trabalho;

— Dispensa autorização por escrito do trabalhador para desconto em folha da contribuição sindical , que é obrigatória;

— Define que o voto, além de direto e secreto, passa a ser igual;

— Estabelece a criação de um Fundo de Exaustão para os municípios onde houver exploração de jazidas minerais;

— Explicita o poder constituinte das Assembléias Legislativas para a adaptação das Constituições estaduais ao novo texto constitucional;

— Estabelece que o usucapião só será conferido uma única vez;

— Substituiu os nomes Câmara dos Deputados e Senado Federal por Câmara Federal e Senado da República;

— Substitui a expressão "Tribunal de Alçada" para "Tribunais Inferiores", a fim de permitir aos tribunais superiores e de Justiça proporem a criação ou a extinção de tribunais regionais;

— Retira do Legislativo o poder de dar prévia autorização a projetos de impacto ambiental;

—Exclui da competência do Senado a aprovação dos nomes dos diretores do Banco do Brasil;

— Assegura de forma explícita ao servidor público civil o direito de greve;

— Suprime a expressão vice-presidente da República, porque no regime parlamentarista não existe este cargo;

— Substitui a expressão "idioma nacional" por "língua portuguesa";

— Estabelece que os projetos de iniciativa exclusiva do presidente da República e do Primeiro-Ministro podem receber emendas que aumentem despesa, desde que compatíveis com o plano plurianual de investimentos e com a lei de diretrizes orçamentárias ou de ambos, ou ainda que indiquem recursos necesários provenientes de operações de crédito ou alterações da legislação tributária.

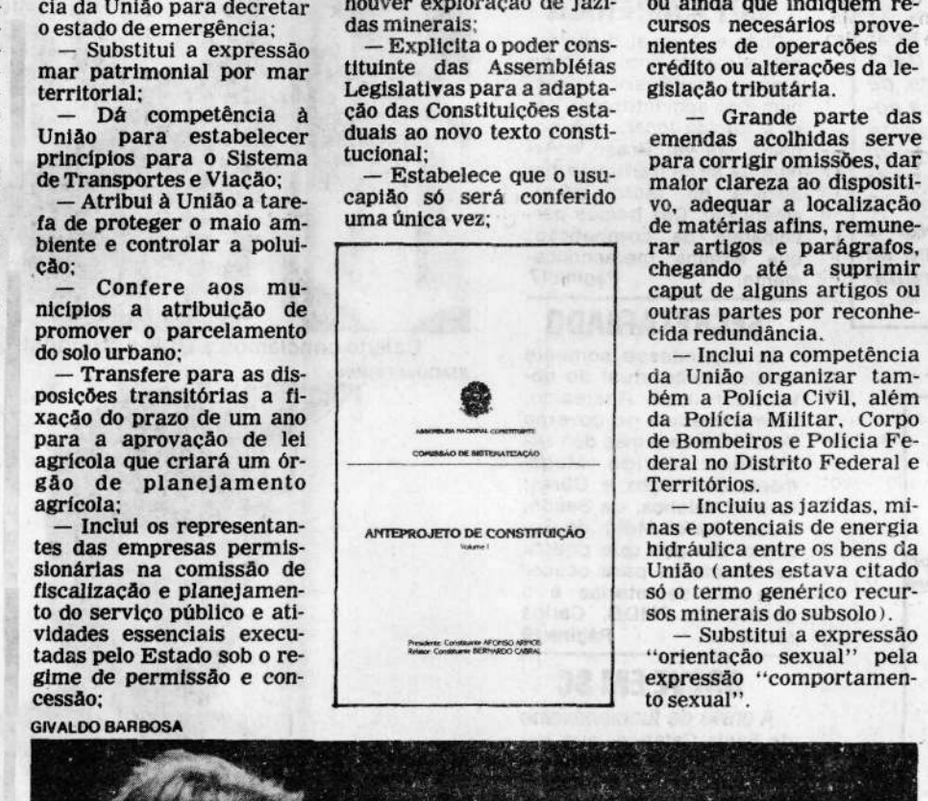
— Grande parte das emendas acolhidas serve para corrigir omissões, dar maior clareza ao dispositivo, adequar a localização de matérias afins, remunerar artigos e parágrafos, chegando até a suprimir caput de alguns artigos ou outras partes por reconhecida redundância.

— Inclui na competência da União organizar também a Polícia Civil, além da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Federal no Distrito Federal e Territórios.

— Incluiu as jazidas, minas e potenciais de energia hidráulica entre os bens da União (antes estava citado só o termo genérico recursos minerais do subsolo).

— Substitui a expressão "orientação sexual" pela expressão "comportamento sexual".

GIVALDO BARBOSA



Emendas do Governo são recusadas

O líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna e o deputado Prisco Vianna, que coordenaram a apresentação de uma centena de emendas de interesse do governo, inclusive restabelecendo o sistema presidencialista de governo, foram boicotados. Todas as propostas deles e do Centro-Democrático do PMDB foram recusadas pelo relator e agora terão de ser reapresentadas em plenário. Resta-lhes a esperança de que o relator acolha as emendas no plenário, após os 30 dias de discussão. De qualquer forma, foi um esforço inútil: noites mal dormidas e muito trabalho que acabou inaproveitado por força de um critério esdrúxulo, parcial e, o que é pior, que deu margem a manipulações.

PODER & POLÍTICOS

PDT busca sua face

O PDT, que sempre se confundiu com a figura carismática do ex-governador Leonel Brizola, instalou, ontem, no auditório Petrônio Portella, do Senado, o primeiro Congresso Brasileiro do Socialismo Democrático, quando o partido vai discutir temas de grande importância para o futuro do País, abrangendo desde a organização dos poderes e sistema de governo até os fundamentos de um novo modelo econômico e reformas prioritárias e urgentes.

O PDT procura, assim, definir sua proposta de esquerda democrática, uma ideologia com a qual o Brasil tem tradição desde o manifesto da esquerda democrática, preparado pelo saudoso João Mangabeira. E um congresso importante este que realiza o Partido Democrático Trabalhista em busca de sua identidade ideológica.

No Brasil, o partido é confundido com Brizola e freqüentemente se diz que, se o político gaúcho desaparecesse, o PDT perderia toda razão de ser. O congresso, ontem instalado, no auditório Petrônio Portella tem o objetivo de consolidar a proposta de socialismo democrático do PDT, fazendo com que o partido se afirme perante a opinião pública nacional.

Infelizmente, no Brasil, não temos uma vida partidária saudável: os partidos sempre existiram em função dos homens. Esta é a razão geralmente invocada por muitos políticos de grande importância para desaconselhar a implantação do parlamentarismo no Brasil, pois onde o regime de gabinete funciona há partidos fortes. Assim ocorre na Inglaterra, na Alemanha e na França, para citar os três países mais importantes que resolveram praticar o parlamentarismo.

O PDT pretende se integrar com os partidos sociais democratas de todo o mundo, o que explica a presença e participação em seu congresso nacional de representação de 20 países. O partido deseja fixar um programa de esquerda democrática que não se pode confundir com propostas de sistemas políticos praticados no Leste europeu.

As principais lideranças do PDT julgam, com certa razão, que o partido tem coesão e unidade ideológica para formular sua proposta, ao contrário do PMDB, partido que se agigantou nas últimas eleições, mas que se transformou em um grande ônibus onde se misturam correntes ideológicas tão distintas quanto antagônicas.

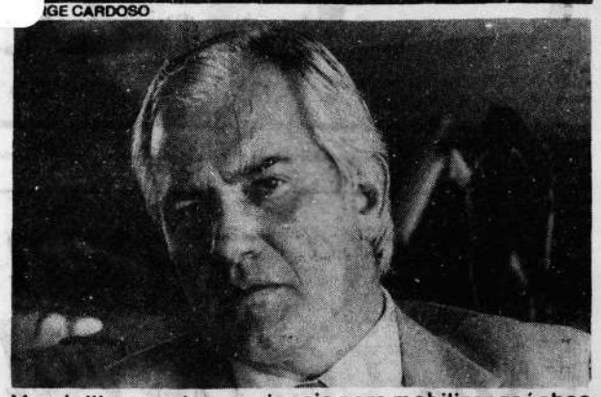
O PDT se une em torno da figura carismática de seu chefe incontestável, que é Leonel Brizola. Tem coesão interna e tem unidade ideológica como nenhum outro partido brasileiro. Precisa se estruturar organicamente para que deixe de ser o partido do Brizola e ganhe o caráter de um partido socialista democrático.

TRABALHO

Os ministros do PMDB no Governo trabalham intensamente parlamentares e delegados à convenção nacional do partido, prevista para os dias 18 e 19, a fim de evitar que os convencionais venham a deliberar a respeito da extensão do mandato do atual presidente da República e a forma de governo, se parlamentarismo ou presidencialismo.

Os ministros também querem evitar que o partido sofra um racha irreversível a partir da convenção, tendo um lado vencedor e um lado derrotado. Almir Pazzianotto, o ministro do Trabalho, acha que a convenção não deve tratar desses dois temas, que não constituem parte do programa partidário.

TARCISIO HOLANDA



GE CARDOSO

Mandelli: encontros regionais para mobilizar gaúchos

Empresários tentam barrar estabilidade

Os empresários do Rio Grande do Sul estão liderando um movimento para barrar na Constituinte os avanços aprovados na Comissão da Ordem Social, como estabilidade no emprego, jornada de 40 horas, direito de greve, proibição do trabalho noturno e do serviço temporário. Depois da histórica manifestação de segunda-feira, que reuniu 5.700 empresários em passeata pelas ruas de Porto Alegre, a classe está realizando encontros regionais para manter a mobilização viva em todo o Estado.

Em Brasília durante toda a semana como integrante do lobby nacional pela alteração do anteprojeto da Constituinte no capítulo da ordem social, o presidente do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Mandelli, retornou ontem com um saldo bastante positivo. Enquanto roda um abaixo-assinado para a emenda popular da classe à futura Constituição, o empresariado rio-grandense, organizadamente, está exercendo seu poder de pressão junto aos constituintes nas suas respectivas áreas de influência.

LIVRE NEGOCIAÇÃO

No capítulo dos direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, a proposta de emenda popular do empresariado substitui a estabilidade pela livre negociação e estabelece uma série de casos em que o patrão poderá demitir o empregado, inclusive sem justa causa, desde que seja efetuado o pagamento de indenização progressiva e proporcional ao tempo de serviço, na forma da lei.

Conforme a proposta, o emprego também não é garantido nos casos de contrato a termo — serviços especializados contratados por períodos determinados —; ocorrência de falta grave — para preservar a harmonia interna da empresa —; contrato de experiência — como prevê a legislação atual — e fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa.

APOIO DE LULA

Mandelli aproveitou a estada em Brasília para evitar qualquer alteração no atual sistema de funcionamento do Serviço Social da Indústria-Sesi e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-Senai, em decorrência de medidas aprovadas pela Constituinte. Há uma proposta que retira os recursos públicos hoje destinados aos dois órgãos e outra que os transfere para o setor público.

Disse o líder empresarial que o Sesi e o Senai têm 40 anos de serviços prestados à sociedade com respeitável eficiência; estatizá-los agora seria correr o risco de torná-los ineficientes. Conforme frisou, entre os constituintes há muita falta de informação a respeito destas entidades e agora foram esclarecidos os equívocos, com muito êxito por sinal, inclusive um apoio que deixou sensibilizados os empresários: o do líder do PT, Luiz Inácio (Lula) da Silva.

ESTABILIDADE

Segundo o empresário gaúcho, o momento econômico brasileiro ainda é preocupante, mas começa a dar sinais de estabilização. Ele está convicto de que o Plano Bresser, para funcionar a contento, precisa de constantes ajustes na chamada sintonia fina, sobretudo no que se refere aos juros, para ele ainda muito altos.

Considerando como sendo de 4% a inflação de julho, Mandelli acha que os juros, hoje no patamar de 13%, podem perfeitamente cair para algo em torno de 7% no desconto de duplicatas e isso é fundamental para o ramo industrial. Baixando os juros, caem as prestações e o povo volta a comprar, revitalizando o ciclo de circulação de dinheiro e ativação econômica.

Outra providência que o Governo precisa imediatamente tomar, conforme frisou, é a contenção dos gastos públicos, que terá de passar, necessariamente, pela reforma administrativa, o enxugamento da pesada máquina estatal, remanejando servidores ociosos para repartições carentes de pessoal. Para ele, é vital que o setor público seja produtivo e isso só será obtido quando o Ministério da Administração sair do marasmo em que se encontra. E um ministério amorfo, não se mexe, é como se não existisse.

Manter o seguro desemprego

Em almoço realizado, ontem, na residência do ministro Raphael de Almeida Magalhães, os empresários Jonhanpeter Gerdau e João Donaro, da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, e Amaury Temporal, presidente da Associação Comercial fluminense, defenderam a eliminação da estabilidade no emprego do anteprojeto da nova Constituição e a instituição do seguro-desemprego.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luís Henrique, defendeu o restabelecimento da estabilidade aos dez anos, eliminada no Governo Castello Branco pelo ex-ministro do Planejamento, Roberto Campos, sustentando que isso não desaconselharia a manutenção, igualmente, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, como meio de capitalizar o trabalhador assalariado. "Uma coisa não é incompatível com a outra", disse Luís Henrique.

CONTRA

Os três empresários mostraram-se radicalmente contrários a qualquer forma de estabilidade no emprego, argumentando que só poderia contribuir para aumentar os encargos das empresas e os seus problemas que hoje em dia não são de pequena monta.

Defenderam a instituição e fortalecimento do seguro-desemprego, bem como de um sistema gradativo de penas pecuniárias para defender o emprego e desencorajar as demissões de empregados. Esta seria uma forma, segundo eles, de evitar a grande rotatividade de emprego que se verifica em certos setores da economia.

Bisol: Elite tenta nos desmoralizar

O senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher encaminhou, ontem, uma "carta aberta" ao presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), e ao relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Na carta, Bisol denuncia "a elite do poder de estar se utilizando de uma estratégia de desmoralização da Constituinte, que acabou envolvendo o presidente e o relator da Comissão de Sistematização "ingenuamente".

"Esta estratégia", diz Bisol, "consiste em denunciar o que é normal como se fosse anormal, com relação ao anteprojeto de sistematização, que é cumulativo, analítico e contraditório porque não pode ser diferente, tendo em vista o retrocesso estabelecido pelo regimento".

José Paulo Bisol alerta o presidente e o relator da Comissão de Sistematização que, na medida em que não esclarecem esta evidência, "acabam cooperando com a estratégia da elite de desmoralizar a Constituinte".

O senador concluiu fazendo um apelo para que "a verdade em torno do anteprojeto seja esclarecida".

CRÍTICAS

Ao falar na sessão da Constituinte, no horário destinado às lideranças, o deputado José Genoíno, vice-líder do PT, criticou duramente o ministro da Justiça, Paulo Brossard, por usar a Lei de Segurança Nacional na apuração dos incidentes registrados recentemente no Rio.